

Assembleia Virtual reafirma: Não ao retorno presencial! Nossas Vidas Importam!



Na última quarta, dia 26, realizamos nossa segunda Assembleia Geral Virtual, com boa participação dos funcionários. Na pauta estavam os ataques que estamos sofrendo no momento, a começar pelo plano de retorno gradual das atividades presenciais da reitoria, bem como o PL 529 do Doria, o congelamento de salários e benefícios e da contagem para quinquênios e sexta parte, demissões de terceirizados, entre outros.

Sobre o tema do retorno das atividades presenciais, a Assembleia reafirmou as deliberações de diversas reuniões de unidade: Não ao retorno! A compreensão dos

funcionários é de que a preservação da vida neste momento deve ser prioridade! Portanto, excetuando as atividades essenciais, que já vem sendo mantida na universidade desde o início da pandemia, não é momento de retornar.

A resolução aprovada na Assembleia foi a seguinte: **Contra a retomada das atividades presenciais e o plano de retorno gradual da reitoria. Só retornar quando houver condições seguras, preferencialmente com uma vacina com eficácia comprovada, mantendo apenas as atividades essenciais.**

Orientação para formar comitês de luta nas unidades para barrar o retorno

Além de reforçar esse posicionamento político mais geral contra o retorno presencial, a Assembleia aprovou uma orientação para que sejam realizadas reuniões nas unidades, formando comitês dos trabalhadores para

pressionar os diretores a não efetivarem o retorno. Além disso, é importante também exigir que mesmo as atividades essenciais sejam definidas em comum acordo com os trabalhadores e que, nestes casos, haja



garantia dos EPIs adequados e escalas de revezamento.

Aprovamos também reafirmar a orientação de que, dentro do pressuposto expresso no plano da reitoria, o retorno neste momento é facultativo, em comum acordo entre

dirigente e funcionário, que os funcionários não aceitem retornar caso não sejam convocados formalmente. E, no caso de haver convocação formal, devidamente documentada, que informem o sindicato, para que busquemos intervir junto à direção da unidade.

Assembleia, mais uma vez, rechaça a demissão dos terceirizados, destacando a hipocrisia do plano da reitoria

Aprovamos também rechaço à demissão das trabalhadoras(es) terceirizadas(os) da universidade, particularmente dos serviços de limpeza. Foi destacado, em relação ao plano de retorno gradual, a hipocrisia da reitoria, que fala na necessidade de higienização constante dos ambientes, ao mesmo tempo em que orientou o corte dos contratos de limpeza, vigilância e de outros serviços terceirizados. Se, antes dessas demissões, o número de

trabalhadoras(es) já não dava conta da demanda, agora então a situação é ainda mais alarmante!

Também foi destacado que, desde o início da pandemia, não foi garantido para a maior parte dos terceirizados o direito à quarentena, nem mesmo dos grupos de risco, o que ocasionou inclusive algumas mortes destes trabalhadores, particularmente da vigilância.

Unidade na luta para Derrotar o PL 529 do Doria em seu conjunto

A Assembleia também avaliou que o PL 529 apresentado pelo governador João Doria em regime de urgência para Alesp é um duro ataque aos serviços públicos do estado. Diversas intervenções na reunião apontaram como esse projeto, que acaba com empresas públicas e autarquias, abre espaço para demissões voluntárias (além das demissões dos servidores das empresas extintas), confisca verbas das universidades e da Fapesp, entre outros ataques, é a versão paulista da reforma administrativa do Bolsonaro/Guedes.

Nesse sentido, aprovamos a resolução política: Derrotar o PL 529 do Doria em seu conjunto. Essa resolução é importante por reforçar a importância de derrotar todo o projeto, e não apenas tentar salvar “o nosso”, como faz, por exemplo, o Cruesp, que somente critica o artigo que confisca as verbas das universidades, mas que considera o restante do projeto “relevante”.

Aprovamos ainda impulsionar um abaixo-assinado para circular na nossa categoria, bem como divulgar e nos incorporamos às

iniciativas de luta que forem definidas pelo fórum das entidades do funcionalismo estadual que estão se articulando no momento.

Considerando a retórica do governo do estado, que se assemelha também à do governo federal, de justificar o projeto pela suposta necessidade de equilibrar as contas agravadas pela pandemia, a Assembleia aprovou ainda como resolução a necessidade de suspensão da fraudulenta Dívida Pública, que é um dos mecanismos que leva à transferência direta do dinheiro do estado para o setor do capital financeiro internacional. E, junto com isso, a necessidade de revogar a lei de “responsabilidade fiscal”, que nada mais é que o mecanismo do estado de destruição dos serviços públicos e do necessário atendimento da população!

Também aprovamos levar à CSP-Conlutas, nossa central sindical, a proposta de que seja feita uma exigência às demais centrais, especialmente as que tem peso no funcionalismo público, para que organizem, efetivamente, a luta unitária para barrar o projeto.

Abaixo o congelamento de salários e benefícios! Que os capitalistas paguem pela crise!

Também foi tema de discussão da Assembleia a LC 173, que estabelece que os estados que receberam ajuda da União

deveriam manter os salários e benefícios do funcionalismo congelados, bem como congelar a contagem de tempo para efeito de



quinquênio e sexta parte. Para além da lei complementar em si, a política dos governos e dos patrões, neste momento de crise, aprofundada pela pandemia, é a de jogar os efeitos dela nas nossas costas, para manter e aumentar suas taxas de lucros. Para tanto, buscam dividir os trabalhadores, vendendo a ideia de que os servidores públicos são os responsáveis pela situação do país, que seriam privilegiados. Com isso, escondem que, em primeiro lugar, a maior parte do funcionalismo ganha salários baixos, e que somente um

setor, normalmente desembargadores, políticos e a cúpula militar pode ser considerada realmente privilegiada. E escondem, sobretudo, que os verdadeiros privilegiados são os banqueiros e grandes empresários, que aumentaram sua fortuna, mesmo durante a pandemia!

Por isso tudo aprovamos na Assembleia a seguinte resolução: Não ao congelamento dos salários e benefícios! Derrotar a LC 173! Que os capitalistas paguem pela crise! Construir a unidade dos trabalhadores para defender seus empregos e salários!

Aprovamos indicar nova data de apagão do trabalho remoto!

A Assembleia também aprovou proposta vinda da reunião de unidade da FFLCH, de propor ao Fórum das Seis levar para a frente de luta das entidades a convocação de um

novo dia de apagão das atividades remotas, no qual nós participaremos, incorporando também nossas pautas locais.

Moções de rechaço às demissões na Fundecto, em apoio à Greve dos Correios e em defesa do Aborto legal, seguro e gratuito.

Além das resoluções políticas, aprovamos também 3 moções. Uma contra as absurdas demissões na Fundação da Faculdade de Odontologia, ocorrida essa semana, a qual já denunciávamos em boletim.

Uma segunda moção em apoio à greve dos Correios. Os companheiros estão enfrentando um duro ataque do governo, que quer desmontar os diversos direitos conquistados pela categoria, dentro de um plano mais de fundo de privatizar a empresa. A privatização dos correios será um ataque não apenas aos seus funcionários, mas ao conjunto da população, especialmente para os que moram em regiões mais distantes, nas quais

somente os correios atende.

Por fim, aprovamos também uma moção em defesa do Aborto Legal, Seguro e Gratuito, tema de grande importância para as mulheres, especialmente da classe trabalhadora, que são as que morrem tentando fazer abortos clandestinos. O tema ganhou ainda mais evidência a partir do absurdo caso da garota de 10 anos, que engravidou fruto de estupro sistemático de um familiar, e que teve que enfrentar a intolerância de alguns fanáticos religiosos de extrema direita (mas também das instituições religiosas) para poder acessar o direito ao aborto, numa das modalidades já garantidas pela lei.

Acesse o conjunto das deliberações da Assembleia no link: <https://bit.ly/2YBnmkL>

**Vidas Negras Importam!
Basta!**

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP CEP: 05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br